

Cidadania em movimento: a atuação social feminina nas ONGs CENEP e CEOP na Paraíba (1990-1999)

Priscila Mayara Santos Dantas*

*Vamos irmãs de luta,
Trabalhar com dignidade
E neste mundo sofrido,
Construir fraternidade
E trabalhando unidas
Ter um mundo de igualdade.*
(Luisa Marques dos Santos)

Esses versos foram escritos e guardados pela agricultora, professora e escritora Luisa Marques, conhecida como Dona Mocinha, para o Encontro de Mulher,¹ que ocorreu na cidade de Nova Palmeira, no dia 10 de março de 1991. De forma simples e direta, eles compõem um chamado à organização social em torno de lutas para tornar suas comunidades, localizadas no Seridó e Curimataú paraibanos, territórios mais justos e fraternos, por meio de mudanças no que tange aos aspectos de geração de renda, educação e saúde.

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: pri_msd@hotmail.com.

1 De acordo com o relatório de atividades, o evento foi organizado pela ONG Centro de Educação Popular (CENEP), reunindo tanto as mulheres engajadas nas lutas sociais quanto as mães das crianças assistidas pela entidade, tendo por objetivo discutir os problemas da sociedade e as possíveis formas de atuar para minimizar as fragilidades encontradas.

A partir da historiografia da época, em diálogo com a análise de fontes como cartas, músicas, poemas e versos, a exemplo do que inicia este trabalho, e entrevistas realizadas, percebe-se que na Paraíba se formou uma rede de mobilizações civis em torno dessas e de várias outras questões e interesses que compõem o universo sociopolítico, no qual grupos majoritariamente formados por mulheres se organizaram para lidar com as problemáticas cotidianas resultantes das administrações públicas, e para reivindicar lugares de poder restritos a uma dada elite, heranças de práticas e culturas políticas estaduais e nacionais.

Este artigo² se propõe a analisar as experiências e lutas sociopolíticas³ de mulheres na Paraíba, durante a década de 1990, período de surgimento das ONGs CENEP (Centro de Educação Popular) e CEOP (Centro de Educação e Organização Popular), e a refletir sobre a relação desses espaços com as ideologias trazidas pela Igreja Católica através da teologia da libertação.

Ao longo das dez entrevistas realizadas até o momento, foram constantemente citados os nomes (neste caso, os apelidos) de Nega Lourdes (Maria de Lourdes Gomes de Lima), Mariazinha (Maria Terezinha de Jesus), Tedinha (Terezinha de Jesus Medeiros) e Mocinha (Luisa Marques dos Santos). Nas palavras das entrevistadas, eram essas mulheres que se inseriram diretamente na organização de lutas cotidianas por melhorias sociais como: alimentação, pois a problemática da fome era generalizada; saúde, pois era extremamente precária e quase inexistente; educação, porque era o veículo condutor para conscientizar a todas e todos sobre o seu papel de cidadãs e cidadãos, providos de direitos e deveres. A cultura vinha nas entrelinhas, atuando por meio de canções e poemas, proporcionando divertimento e alegria naqueles momentos de carências sociais.

O cenário social dos anos de 1990 foi resultado de um processo de desgaste político e econômico vivido após ditadura civil-militar (1964-1985), seguida pelo processo de redemocratização do país, marcado por baixos salários, desemprego e péssima qualidade de vida, que atingiam mais severamente

2 Da dissertação intitulada *Mulheres em movimento: experiências e organizações de mulheres no Seridó e Curimataú paraibanos (1990-1999)*(Dantas, 2007), aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba em abril de 2017, foi extraído o tema e ampliadas as discussões que compõem este artigo.

3 Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho desenvolveu-se no campo da nova história política em diálogo com a história cultural.

as camadas empobrecidas,⁴ fazendo com que diferentes grupos passassem a buscar melhorias.

Na Paraíba, durante as décadas de 1970 e 1980, foram os grupos ligados à Igreja Católica os que deram norte a uma mentalidade voltada para a ação popular, em vista de um cenário marcado por líderes políticos indiferentes às problemáticas sociais (fome, mortalidade e trabalho infantil, desemprego). De acordo com a documentação pesquisada,⁵ esses grupos, em sua maioria, foram organizados por mães, donas de casa, agricultores, estudantes e professoras. Havia os Clubes de Mães, para ensinar a educar e cuidar dos filhos, e os Clubes de Jovens, para formar uma consciência crítica, política e cidadã, além da formação religiosa e moral.

Nesse cenário, têm grande importância as alas da Igreja Católica adeptas da teologia da libertação, voltadas a uma práxis politizada, e que surgem em um contexto de acentuadas fragilidades sociais, em meados do século XX, tendo na América Latina o seu grande palco de atuação.

Essa teologia tinha por intenção adentrar o cotidiano dos seus adeptos, dando-lhes formação crítica e questionadora sobre a realidade social, contemplando os direitos cidadãos, respeitando as diferenças, reconhecendo e combatendo as desigualdades. Dessa forma, os religiosos buscavam auxiliar as lutas populares, na intenção de amenizar as carências e fragilidades básicas que assolavam a população pobre – objetivo que, ao longo dos anos, gerou desconfortos com a própria Igreja e o poder público, que estiveram ligados desde a era colonial no Brasil.

O cenário social era de agravamento da pobreza, o que dificultava o acesso à meios de sobrevivência básicos, como alimentação e assistência médica, ensejando o surgimento de doenças. O índice de mortalidade infantil

4 Segundo Gohn (2012), durante o período do “milagre econômico” (1968-1973), visualiza-se em nível nacional um contexto de forte repressão pela ditadura militar. Nesse período, os maiores investimentos destinavam-se aos grandes empresários e multinacionais que se instalavam no Brasil graças ao acelerado avanço do capitalismo. À medida que se reforçava a entrada de grandes empresas no país, “as massas populares em geral sofriam com o arrocho salarial” (Gohn, 2012, p. 105). Ao longo dos anos 1970, instaurou-se uma forte crise econômica, que agravou as carências vivenciadas pela população pobre e enfraqueceu a classe média.

5 Fotografias extraídas de blogs; atas de reuniões da Câmara Municipal e do Sindicato Rural dos Trabalhadores (STR); relatórios de atividades, encontros e seminários, projetos, correspondências, ofícios, abaixo-assinados, produções artísticas (poemas, músicas, paródias, contos, versos) encontrados nos acervos documentais das duas ONGs.

era alto.⁶ A assistência à saúde era mínima. Como a presença de médicos nas pequenas cidades era escassa, se agravava o quadro dos doentes. No campo econômico, os mais pobres não tinham poder de compra, detido por apenas algumas famílias, em geral das elites políticas e de fazendeiros. A geração de renda era mínima e o comércio parco. Para poder vender e comprar, era preciso ir a outros lugares, a regiões ou centros de maior movimento comercial, como Campina Grande (PB).

O que se percebe com os depoimentos é a negligência por grande parte das autoridades públicas com aspectos que envolviam as massas populares, como a agricultura familiar, que passava por grave crise hídrica. Para garantir o sustento diário, as mulheres precisavam labutar no campo, junto à família, sem contar com quaisquer garantias, já que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais não cobriam direitos da mão de obra feminina.

Diante disso, algumas professoras se sobressaíam. Mesmo com a educação precarizada por falta de incentivos, a maioria das protagonistas sociais era formada por professoras,⁷ mulheres que, por meio de um olhar sensível, tentavam levar para dentro da sala de aula ensinamentos que pudessem contribuir para a diminuição das dificuldades vivenciadas:

Uma das ações que me lembro ter realizado com os alunos da zona rural, onde ensinava, foi o plantio de hortas com os alunos, que enriquecia a merenda escolar, era uma variedade enorme de hortaliças plantadas nos padrões exigidos por um técnico da ANCAR.⁸ (Terezinha de Jesus Medeiros, 2014).

Este foi um trabalho realizado pela professora Terezinha Medeiros, conhecida como Tedinha, na zona rural da cidade de Nova Palmeira, em

6 De acordo com o IBGE, a taxa de mortalidade infantil na Paraíba, na década de 1990, era de aproximadamente 77,5% entre 83,7%, demarcando um alto índice, se comparado em nível de região: Nordeste com 74,3%, Norte com 44,6%, Sudeste com 33,6%, Sul com 27,4%, e Centro-Oeste com 31,2%.

7 As mulheres tomadas por líderes entre elas eram estudantes recém-formadas em cursos de licenciatura em história, sociologia, pedagogia.

8 A Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), hoje substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), tinha por objetivo desenvolver planos e atividades na agricultura e no campo. Sua relação com o poder público surge pelo interesse de ampliar e consolidar suas propostas garantidas pela Constituição Federal. A EMATER surge dessa parceria entre associações e governos estaduais por meio de decretos federais.

parceria com o Clube 4-S (Saber, Sentir, Saúde e Servir)⁹ do qual fazia parte. Ela associava seu trabalho educativo com sua prática social, combinação recorrente na trajetória de outras professoras, em outras cidades, diante das carências que acometiam a sociedade e as necessidades de sobrevivência. A partir das salas de aula, além dos conteúdos didáticos, eram ministradas técnicas para ajudar no convívio com as condições climáticas e econômicas da época.

Em quase tudo tinha palestra. Vinha gente de fora, né? E elas se empenhavam muito pra gente fazer um clube de... comoé que a gente diz? Um Clube de Mãe. Eu ainda fiquei aqui no Clube de Mães uns dias. Era muito bom. No Clube de Mães aprendia a fazer muita coisa, mas como a minha casa era cheia de menino, eu vinha umas horinhas, não sabe? Aprendia a fazer crochê, aprendia a costurar, aprendia tudo quanto a pessoa quisesse fazer. (LuisaMarques dos Santos, 2013).

Nesse depoimento, Dona Mocinha fala dos trabalhos desenvolvidos pelas professoras da zona rural, que também eram membros da Comunidade Eclesial de Base (CEB)¹⁰ da cidade e animadoras pastorais, fazendo por meio da escola e da religião um caminho de organização social, ofertando cursos, palestras, saberes, técnicas e informações necessárias para lidar com as carências locais.

Trabalhos como esse não se restringiam apenas à zona rural. O diálogo e organização das professoras – tanto as do campo como as do meio urbano – propiciaram exercícios similares nos diferentes espaços sociais, à medida que ensinavam técnicas sobre como cuidar da alimentação e saúde das crianças, tratando doenças mais simples, como gripe, febre ou diarreia. Havia no Brasil um diálogo muito intenso entre o campo educacional e o religioso, no intuito de reduzir os problemas mais básicos e urgentes da sociedade. Esse diálogo se estendeu ao estado da Paraíba e seus pequenos municípios.

9 Os Clubes 4-S surgiram no Brasil aproximadamente na década de 1950, por meio dos programas de assistência à agricultura (como a ANCAR), com o intuito de reunir jovens da zona rural para discutir técnicas de cultivo e plantio (Gomes, 2013).

10 As Comunidades Eclesiais de Base, surgidas em 1975, são oriundas das mobilizações populares da Igreja Católica, dos grupos e associações de bairros e dos sindicatos. Têm por objetivo trabalhar dentro do universo rural, com os jovens, através dos movimentos estudantis, e com grupos marginalizados socialmente, partindo da conscientização política, de uma fé ligada à ação, à crítica, à prática por melhorias sociais, em uma luta pelo bem comum e pela participação no processo político.

Por parte dessas organizações comunitárias, também existia a preocupação com a renda familiar, no sentido de desenvolver atividades que ampliassem o poder aquisitivo das famílias. Trabalhos com artesanato, por exemplo, eram bastante disseminados nos grupos, capacitando pessoas para que, com seu trabalho, pudessem contribuir financeiramente em casa. Havia também atividades no campo culinário, como a produção de doces, que naquele período contribuiu de forma significativa com a renda familiar. Este foi um trabalho essencialmente feminino, pois não há registro da participação de homens.

Ao longo das cartas encontradas no acervo documental do Centro de Educação Popular entre os anos 1974 a 1979, pode-se verificar essa realidade, na qual diferentes ações comunitárias, seja por parte da Igreja, seja por parte das escolas, tentavam lidar com os problemas mais urgentes da população, seja o da fome, da sede, da assistência hospitalar ou educacional, dialogando para construir redes fortalecidas de atuação.

A maioria das correspondências foram trocadas entre o Frei Afonso Horácio Leite, que na época se encontrava em São Paulo, e Nega Lourdes, uma das líderes do Grupo de Mulheres da Igreja Católica em Nova Palmeira. Nas cartas, além da descrição do contexto social, o que se enfatizava era a não desistência dos sonhos e a perseverança nos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres na cidade e região, para que não desistissem de lutar, sem perder a fé, pelas causas do povo, como se pode verificar em um trecho da carta escrita em 29 de julho de 1979, enviada da cidade de João Pessoa a Nova Palmeira:

A gente precisa ter uma equipe que se sustente umas às outras, equipe de vida, equipe de oração, equipe de amizade, equipe de trabalho. A base é a descoberta na fé das coisas do Pai e da causa do povo. Na intimidade com o Pai e na convivência com o povo vamos descobrir, como fez Jesus Cristo, que a causa do povo são as coisas do Pai, das quais eu sou chamado a cuidar. Daí nasce o compromisso na fé e na caminhada da esperança. (Afonso, 1979).

Padre na região durante o início dos anos 1970, Frei Afonso era adepto da teologia da libertação. Por isso, atuou nas comunidades, penetrando na mentalidade social, com intenção de organizá-las criticamente e torná-las instrumentos de reivindicação para as melhorias necessárias. Pode-se verificar isso quando ele diz em uma das cartas: “Mas vocês são ainda mais fortes e serão capazes de vencer e ajudar as crianças, os jovens, os adultos e as mulheres a se libertarem” (Afonso, 1979).

Os resultados de todo esse trabalho do diálogo entre ensino e religião ficaram explicitados no censo de 1991, no qual cidades daquelas regiões tinham crescentes índices de alfabetização. Nova Palmeira, por exemplo, tinha mais de 50% da sua população alfabetizada acima dos cinco anos de idade, um dos poucos municípios a atingir essa escala.

O analfabetismo no Brasil ainda era drástico, com índices gritantes entre crianças e adultos. Nesse sentido, muitos trabalhos se voltaram à prática de alfabetizar jovens e adultos. Educação também é luta social e o profissional da área precisa se reconhecer como sujeito de ação (Orso, 2013).

Entendo que, nesse trabalho, o direcionamento tomado pela educação, em parceria com as atividades realizadas pela Igreja Católica na organização social, possibilitou a sistematização de experiências coletivas e individuais, formando um clima propício à crítica e à reivindicação de direitos por parte da população, fazendo surgir pessoas voltadas para a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, oportunizando melhorias na vida de muitos.

Com a reorganização de parte da Igreja Católica a partir da teologia da libertação, a recepção de projetos sociais e ações de cunho assistencial contribuíram para organizar o pensamento em sociedade, especialmente o do mundo feminino, mais voltado às atividades religiosas. A visão politizada proporcionada pela teologia da libertação permitiu abrir caminhos ao engajamento social e à organização popular.

A participação dessas mulheres em grupos e pastorais da Igreja Católica contribuiu para a organização de um pensamento coletivo diferente sobre o que seria cidadania, política, participação e poder público, direitos e deveres individuais e coletivos. Assim, tem ensejo o que os historiadores chamam de cultura política, ou seja, a combinação de normas e valores compreendidos e partilhados por determinado grupo de pessoas, movendo e motivando atuações sociais no território em que vivem (Berstein, 2009).

Os movimentos populares sempre sofrem rejeições e resistência por parte do poder público, uma vez que assumem a postura de críticos do sistema, sendo um contraponto à negação de direitos e à negligência dos administradores públicos. A cultura política¹¹ que está envolvida nesse contexto é resultado de lugares, épocas, regras, éticas e sociedades diferentes.

11 Compreendo o conceito de cultura política como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado” (Motta, 2009, p. 21). A importância dessa concepção está na

Na Paraíba, a organização de grupos populares se deu por meio de experiências de enfrentamento e reivindicação já direcionadas pelos trabalhos da Igreja Católica desde fins da década de 1970. Os religiosos realizavam palestras com agricultores, jovens e mulheres para tratar de seus interesses, discutindo a formação de um cidadão livre e crítico. Essa organização incentivou a conscientização sobre as causas sociais, fazendo surgir no seio dessas sociedades pessoas capazes de atuar frente aos problemas que mais afligiam a população, criando uma rede de sociabilidade em que as formas de agir e pensar eram compartilhadas por todos.

É válido ressaltar o papel da mulher na promoção dessas organizações populares. A partir da formação de clubes de mães, mulheres e jovens, verifica-se que a maciça participação feminina na esfera religiosa tem impacto direto na atuação social também ser conduzida por mulheres nessas regiões. O dever de rezar, culturalmente atrelado ao universo feminino, permitiu a formação de grupos de mulheres não restritos ao mundo privado, do lar, oferecendo a elas posição e oportunidade para atuarem e enfrentarem problemas e poderes em âmbito maior do que o doméstico.

Unindo-se a grupos civis e populares, a Igreja levantou as bandeiras de luta das diversas organizações civis e, em especial, dos movimentos ligados ao campo, aos sindicatos rurais. Também esteve ao lado das mobilizações operárias, ecológicas, de mulheres, negros e índios. A reunião dessas bandeiras ensejou atuações singulares, marcado por práticas políticas e econômicas excludentes, ditatoriais e machistas, reconfigurando o cenário dos movimentos sociais no Brasil durante e depois da ditadura militar (Gohn, 2013).

A atuação da teologia da libertação teve papel fundamental não só no Brasil, mas na América Latina como um todo. Essa “expressão surgiu há vinte anos, na pena de autores latino-americanos que buscavam na doutrina cristã uma resposta nova aos graves problemas sociais do continente” (Catão, 1986, p. 7).

Com o dever da reza sendo culturalmente imputado à mulher, a participação feminina na Igreja Católica se sobrepõe à do homem. Inserindo-se com mais dedicação nas atividades religiosas, a mulher tem participação fundamental na dinâmica de atuações sociais, seja por meio das Comunidades

dinamização que promove da forma de se pensarem questões que envolvem cultura, poder e sociedade, possibilitando a construção de novas pesquisas e produções historiográficas, como a dissertação que originou este artigo (Dantas, 2017).

Eclesiais de Base (CEBs), grupos de catequese e pastorais, ou clubes de mães, jovens e mulheres.

Entretanto, a atuação religiosa feminina só veio a ganhar notoriedade com a Teologia da Libertação, que reconheceu a mulher como sujeito social, como cidadã com direitos e deveres, importante na configuração do espaço político.

O fortalecimento das CEBs – um novo jeito de ser Igreja – sem dúvidas abriu espaço para a mulher expressar sua fé, exercer a liderança, e participar de instâncias decisão e de coordenação, organizando atividades festivas, celebrações, escrevendo documentos e reflexões, e contribuindo para incentivar outras a se despertarem para um novo papel dentro da vida da Igreja. (Cruz, 2013, p. 53).

O fortalecimento da mulher dentro dessa instituição religiosa, mesmo que algo restrito, inspirou não só a liderança feminina frente às atividades propriamente religiosas, mas também nos trabalhos de crítica e contestação sociais, criando a imagem de uma mulher não apenas de fé, mas também combativa, militante e partidária, líder de movimentos sindicais e populares.

Enquanto instituição, a Igreja exerce grande poder sobre as pessoas e sobre como elas se comportam perante a sociedade. Ao longo da história, ela – a Igreja – foi um dos contribuintes para que as mulheres não crescessem politicamente e ficassem fora dos espaços de poder, enquanto se fomentava a ideia de que os homens seriam superiores e mais capazes de liderar e deliberar. Por muito tempo, mesmo enquanto participantes dos movimentos sociais, elas não tinham visibilidade como líderes ou sequer como capazes de exercer esse papel.

Entretanto, com as mudanças construídas no pensamento religioso cristão através da teologia da libertação, passou-se a colocar em cheque visões como essas, dando-se visibilidade à participação feminina no cerne das transformações político-sociais, possibilitando a ascensão de mulheres a funções públicas e políticas, e chegando até a sua participação na fundação de partidos, sindicatos, ONGs e conselhos municipais, como ocorreu no início da década de 1990.¹²

12 De acordo com a documentação analisada, registra-se nesse período a fundação da ONG Centro de Educação Popular, em 1991, no município de Nova Palmeira; de sedes do Partido dos Trabalhadores

Nos movimentos sociais, antes apegados aos ideais de identidade política, se via surgir uma política de identidade. As carências da sociedade passavam a ser observadas a partir de diversas perspectivas, fossem elas de gênero, raciais ou étnicas, e tentativas de resolvê-las ocorriam de várias maneiras, por meio de ONGs, sindicatos, câmaras e demais organizações que compõem as redes de mobilizações e associações civis.

As mulheres entram nesses espaços como sujeitos que, mesmo imersos numa cultura machista, nunca deixaram de intervir na sociedade, promovendo, a partir de diferentes lugares de poder, a reorganização e transformação do espaço social, político e econômico. Como sujeitos históricos, as mulheres sempre estiveram inseridas nas organizações civis, enfrentando desigualdades sociais e preconceitos de todo tipo, sobretudo o de gênero, promovido, inclusive, pelos seus próprios companheiros de luta. Na busca pela cidadania e reconhecimento de direitos, elas embarcam não apenas em suas próprias lutas e reivindicações, mas também em atuações coletivas, pondo-se como força e olhar indispensáveis na defesa dos oprimidos e excluídos da sociedade.

No Brasil, embora a “análise da participação das mulheres nos movimentos tenha privilegiado a relação entre reivindicações e necessidades ligadas à esfera da reprodução, a saber, aquelas especificamente ‘femininas’” (Souza-Lobo, 1991, p. 8), as mulheres começam a aparecer na história, como participantes ativas dos movimentos sociais, através de posicionamentos como o das mães e esposas de prisioneiros políticos durante a ditadura civil-militar, lutando em favor da liberdade e da democracia.

Dessa forma, no Brasil, após os anos 1980, o fortalecimento desses grupos e associações demonstra uma nova faceta dos movimentos sociais, se desdobrando em mais sindicatos, ONGs, conselhos e partidos, todos entrecruzados por interesses pontuais e coletivos, e por práticas distintas, que dialogam e criam redes de solidariedade, como aconteceu na Paraíba, através da institucionalização de duas organizações não governamentais, o CENEP e o CEOP.

(PT) nas cidades circunvizinhas ao longo da década; do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Curimataú (SINPUC), em 1992, com sede em Nova Palmeira; da ONG Centro de Educação e Organização Popular, no mesmo ano, na cidade de Picuí; também data desse momento a formação e ativação dos Conselhos Municipais de Saúde nas regiões próximas.

As ONGs na Paraíba e o novo cenário de atuação social

É papel das ONGs devolver a dignidade, o respeito e a cidadania às pessoas que se sentem excluídas do processo democrático e político, além de criar condições para o desenvolvimento da autonomia e liberdade dessas pessoas, para que decidam sobre suas vidas com consciência e embasamento históricos, entendendo a si próprios e aos outros como sujeitos importantes na construção de uma sociedade.

Diferentemente dos movimentos sociais de rua, que não possuem atuação contínua, as ONGs estão imersas em um cotidiano burocrático, com atividades permanentes. Além disso, precisam mostrar resultados, por meio de relatórios e atas de reunião, bem como arcar com orçamentos, balanços e prestações de contas, garantindo um bom desempenho naquilo que se propõem fazer (Gohn, 1997).

A força das ONGs durante a década de 1990 foi um fator importante na configuração do espaço social brasileiro, já que a atuação dessas organizações se ampliou por todo o país, especialmente em áreas distantes de grandes centros urbanos. Essa ampliação se estendeu por toda a América Latina, resultado de investimentos de instituições maiores, localizadas em outros países, como Estados Unidos,¹³ Inglaterra, Itália, França (Gohn, 1997).

Tanto o cenário internacional quanto o nacional em que as ONGs atuam se modificaram consideravelmente devido à “globalização econômica e cultural, da reforma do Estado, da hegemonia das políticas neoliberais e de aprofundamento da degradação social daí decorrente” (Haddad, 2002, p. 10). Essas mudanças configuraram o sistema socioeconômico da época, bem como a dinâmica das associações e movimentos sociais, que passaram a receber apoio de cooperativas internacionais.

As mudanças de padrões sociopolíticos e econômicos da década de 1990 conferiram uma maior multiplicidade de perfis às ONGs da América Latina, que passaram de apoiadoras dos movimentos a novos meios de execução de atividades sociais, traçando não apenas parcerias com outras entidades e órgãos internacionais, mas também com o próprio Estado e poderes locais (Landim, 2002).

13 Na década de 1950 foram criados nos Estados Unidos fundos que possibilitavam o assistencialismo a outros países. Esses fundos resultaram em fundações públicas como a Inter-American Foundation (IAF), desde 2013 até hoje financiadora e parceira do Centro de Educação Popular.

Um grande campo de atuação das ONGs foi a educação. Na maioria das vezes, as ONGs atuavam seguindo as linhas de educação dos grupos pastoraes, das CEBs e da pedagogia de Paulo Freire. Entre as diferentes classificações de formas de ensino estavam:

[...] aquelas que se classificam como educação informal, que envolvem a recreação, o esporte ou o uso de meios eletrônicos de comunicação, por exemplo. Outras são de tipo não-formal e tendem a se assimilar a práticas escolares sem incluir o controle e a certificação do Estado. Outras áreas educacionais são tipicamente formais, porque são escolas de educação básica, mantidas ou diretamente operadas por ONGs, ou porque são projetos cujas atividades se referem ao mundo escolar, e escolas particulares ou geridas pelo poder público. (Ghanem, 2012, p. 53).

Desde o surgimento das primeiras ONGs no Brasil, nos anos 1960, o papel do professor ou do agente educador sempre esteve muito presente, já que essas instituições sem fins lucrativos eram encabeçadas por pessoas do universo acadêmico, da Igreja Católica, dos partidos políticos, e por intelectuais afins.

Com educação na ditadura militar sendo voltada ao capitalismo, à reprodução de ideologias dominantes e ao mercado, o aprendizado de base, que emancipa o ser humano e não o aliena, não acontecia, especialmente para os mais pobres. As escolas formais operacionalizavam uma educação desejada pelo capital e não uma que suprisse maiores necessidades da sociedade, esta ainda marcada por baixos níveis de escolaridade.

No Brasil da década de 1990, as ONGs enfrentaram um outro grande problema social que veio se intensificando com os anos e as mudanças econômicas: a fome. A campanha “Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida” instigou os movimentos sociais, partidos políticos e grupos civis a se unirem em prol de minimizar a fome que assolava as populações mais pobres do país. Via relações com o Estado, as ONGs espalhadas pelo Brasil tiveram papel fundamental na distribuição e organização das campanhas de combate à fome, indo desde a atuação nos grandes centros urbanos, a pequenas cidades e comunidades do interior do país.

Envolvidas nos diferentes campos de luta e atuação, as ONGs têm por papel fundamental a busca por melhorias na condição de vida dos mais empobrecidos e socialmente excluídos, participando ativamente da luta contra

diferentes problemas sociais, ligados a questões ambientais e ecológicas, de gênero, etnicidade, pobreza, educação, saúde e marginalização. De forma geral, as ONGs se organizam em torno do objetivo de levar os direitos civis e humanos a todos, como o direito à felicidade, à qualidade de vida, à inclusão, e a dignidade de uma boa moradia e alimentação, buscando combinar valores individuais e coletivos que agreguem valores humanos e racionais necessários à sobrevivência no meio social (Gohn, 1997).

Relacionando os interesses da sociedade civil e do poder público, as ONGs se mostram fundamentais na reorganização do espaço social brasileiro, como veremos a partir da análise de duas ONGs paraibanas, o Centro de Educação Popular (CENEP) e o Centro de Educação e Organização Popular (CEOP).

Desde os anos de 1960, na Paraíba, instituições como essas atuam no cenário social de diferentes formas. Porém, foi durante a ditadura militar que elas ganharam mais visibilidade, já que a maioria delas estava ligada à Igreja Católica e à teologia da libertação, grandes forças sociais nesse período.

Por meio das pastorais e das CEBs, que conseguiam recursos através de padres e instituições estrangeiras, as ONGs ligadas às instituições religiosas atuavam especialmente no campo das reivindicações e fragilidades sociais. A ONG Serviço de Educação Popular, por exemplo, fundada em fevereiro de 1981, na cidade de Guarabira, surgiu com o intuito de levar educação e mobilização popular às causas básicas da sociedade. Em dezembro de 1982, criou-se, na cidade de João Pessoa, a Ação Santo Dias (ASD), com o intuito de atender às demandas sindicais dos trabalhadores do campo, dando suporte aos movimentos rurais na região. Em 24 de setembro de 1987, foi fundado, na cidade de Campina Grande, o Centro de Ação Cultural, uma ONG voltada à organização e educação política, e que atenderia a região visando a mobilizar e fortalecer sindicatos, associações de bairro e movimentos sociais.

O trabalho desenvolvido por essas instituições inspirou a formação de mais organizações por todo o estado da Paraíba, como a ONG Cunhá Coletivo Feminista, criada em 1990, na capital João Pessoa, em defesa das mulheres. Também se formaram organizações em territórios mais afastados dos grandes centros urbanos, como, ainda no início dos anos 1990, o Centro de Educação Popular e o Centro de Educação e Organização Popular, ambos na região do Seridó paraibano.

A partir daqui, farei uma análise de ambas, buscando compreender como se deu a sua formação e fundação no estado da Paraíba.

CENEP e CEOP: a educação popular na formação cidadã

De acordo com a Ata de Fundação, o CENEP foi criado oficialmente em 21 de janeiro de 1990, na cidade de Nova Palmeira, durante uma reunião no Salão Paroquial Municipal. Sua primeira direção foi formada por Nega Lourdes (diretora), Marizinha (secretária) e Edson Camargo (tesoureiro). Objetivando amparar as lutas e insatisfações populares manifestadas anteriormente, o centro surgiu como instituição de apoio para a contínua atuação dos grupos sociais que buscavam melhorias para uma população pobre, com fome e sede.

A gente começou na casa paroquial, não tinha sede no começo. Começamos ali na casa paroquial. Depois o povo da Igreja começou a reclamar, reclamar, reclamar porque a gente tava ocupando os espaços da casa paroquial. E depois a gente conseguiu alugar uma casa. Aí começaram os projetinhos bem pequenininhos. Fomos fazendo os projetos. Já existia o trabalho. Fizemos um projeto pra construir a sede, que a gente precisava de um local maior pra fazer os encontros, pra fazer os seminários, aí foi quando a gente conseguiu pra construir a sede do CENEP. (Maria de Lourdes Gomes de Lima, 2014).

Caminhando pela cidade em busca de um local fixo para o desenvolvimento dos seus trabalhos, o grupo percorreu prédios da Igreja Católica e casas alugadas, como cita a depoente Nega Lourdes, até finalmente construir sua sede no ano de 1991. O primeiro registro de atividades realizadas pelo CENEP data de 1989 e ocorreu em janeiro de 1990.

A sede do centro foi construída com a ajuda e doações de voluntários e padres. De acordo com a documentação, foi pelo Programa de Pequenos Projetos da Embaixada (KAP Programme), entidade do Reino dos Países Baixos com sede em Brasília, que o CENEP recebeu o recurso financeiro para a construção.

Em parceria com outras ONGs e instituições, como o Centro de Ação Cultural, a Universidade Estadual da Paraíba e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (SEBRAE), todos localizados na cidade de Campina Grande, o Centro de Educação Popular foi planejando sua consolidação e funcionalidade institucional, de utilidade pública.

Sendo resultado da atuação de grupos comunitários, agentes pastorais, professoras e sindicalistas, o CENEP surgiu, segundo a documentação analisada, como espaço contínuo de conscientização e organização popular, construído a partir de uma cultura política particular a suas fundadoras, criada por meio de suas vivências, e que formava uma consciência de que, assegurados seus direitos e deveres, elas poderiam transformar a sociedade.

Os trabalhos da ONG, primeiramente atenta à grande mortalidade infantil, foram centrados na diminuição da fome e sede, na assistência à educação e à saúde, na construção de moradias, cisternas e pavimentação, e na politização dos espaços públicos, exigindo direitos e reclamando participação popular no poder público.

Já o CEOP foi fundado oficialmente em 19 de setembro de 1992, durante reunião na Capela de Nossa Senhora de Fátima, no município de Picuí, por representantes de bairros e membros de vários grupos organizados pela sociedade civil. Teve como primeira diretoria: Maria Conceição de Freitas (presidente) e Orlinda Dantas de Macedo (vice-presidente); Maria da Guia Silva Santos (secretária) e José Tarciso Dantas (suplente de secretário); Maria Adelma Silva de Lima (tesoureira) e José Zenaide dos Santos (vice-tesoureiro). Na ocasião, além da aprovação do estatuto, foi eleito um Conselho Fiscal composto por Josinete Bezerra de Azevedo, Maria Auxiliadora Dantas e Maria de Lourdes Buriti. Em conjunto, esses foram os responsáveis pelas atividades do centro por um período de dois anos.

De acordo com a documentação, foi airmã Maria Conceição de Freitas, com o apoio do padre Donato Rizzi, religioso atuante na época, que deu os primeiros passos para a fundação do CEOP na cidade de Picuí.

O CEOP surgiu de uma necessidade social. A Igreja na época tinha uma participação social muito interessante na região. E aqui em Picuí e na região teve padre Donato, que foi uma figura muito importante, um padre muito sintonizado com as questões sociais. E tinha-se uma prática muito bonita na Igreja Católica das pessoas se reunirem para ler o evangelho e fazer um comparativo com a vida das pessoas. Então as pessoas se reuniam nas casas, nas residências das famílias, para rezar o evangelho, e a maioria eram mulheres e não sabiam lidar com a escrita e com a leitura. Então o primeiro objetivo do CEOP foi ensinar as mulheres, em sua maioria mulheres, a lidar com a escrita e a leitura. (Francisca Aparecida Firmino da Silva, 2016).

De acordo com a depoente, além de trazer a figura feminina como foco principal de seus trabalhos, o CEOP também atuou junto às crianças e jovens carentes. A ONG se inspirava no trabalho que o CENEP já desenvolvia na região desde 1990. Também, buscava obter e compartilhar informações em oficinas, seminários regionais e visitas a projetos vizinhos. Essas interações reforçavam o diálogo constante entre as mulheres.

A intenção da ONG era desenvolver trabalhos com grupos que estivessem à margem do processo de transformação e inserção social, excluídos pela cultura machista predominante, pelo analfabetismo, pobreza e desemprego.

Em diálogo com os setores efervescentes da esquerda na época, como a Central Única dos Trabalhadores e o próprio Partido dos Trabalhadores, e também com alas da Igreja Católica, os centros populares foram se organizando em torno do pensamento crítico popular, se colocando como veículo de reivindicação frente à inércia do poder público em relação às carências e necessidades sociais.

Para fortalecer as pessoas na reivindicação de condições dignas de sobrevivência, organizava-se abaixo-assinados, a formação de conselhos municipais e o envio de cartas e ofícios às autoridades, assim como eram feitas denúncias públicas e promovidos encontros para informar as pessoas sobre determinadas situações que comprometiam o direito cidadão.

As diferentes atividades desenvolvidas pelo CENEP e CEOP durante toda a década de 1990 visavam a contribuir na melhoria da qualidade de vida das pessoas, já que não era só de fome de comida, necessariamente, que as pessoas padeciam. Elas tinham fome de saúde, de cultura, de educação, de renda justa, para uma sobrevivência digna.

A alfabetização foi um dos carros-chefes dos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs no início dos anos 1990, que buscavam ampliar e fortalecer a prática da cidadania. Para organizar a sociedade de maneira crítica frente aos problemas do cotidiano, era preciso educar, alfabetizar as pessoas, e torná-las capazes de questionar e lutar por melhores condições de vida.

Imprimir um mapeamento desses indivíduos e atuações sociais é compreender a participação das ONGs na transformação do cenário social paraibano, marcadamente empobrecido pelo duro sistema econômico implementado no Brasil na época, durante a qual os pobres estavam à margem de todo o processo de enriquecimento e poder político institucional. Além disso, é entender a dimensão da mulher dentro dessas organizações, já que estamos falando de uma sociedade machista e patriarcal, em que, culturalmente, era

o homem o detentor do poder político. Vencendo lutas, fundando ONGs e partidos, criando conselhos e sindicatos, as mulheres se mostram pioneiras na reorganização do espaço não só social, mas também econômico, cultural e político.

Entende-se, assim, como foi possível às mulheres tornarem-se líderes de mobilizações sociais, protagonistas e pioneiras na idealização de ações voltadas para a luta social e popular; donas de casa, agricultoras, professoras e estudantes que se tornaram militantes políticas e, através dos seus lugares sociais, das pessoas com quem conviviam e das experiências cotidianas, construía juntas um ideal de bem-estar social, muito diferente da realidade local. Essas mulheres alçam voos em direção à organização e mobilização social, combatendo a pobreza, as secas e o descaso do poder público, e reivindicando posicionamentos assumidos pelos dirigentes.

Considerando as pesquisas sobre a participação feminina em sociedade, como as de Elisabeth Teixeira, Margarida Maria Alves, Maria da Penha Silva e outras mulheres que contribuíram na transformação do espaço social, a contribuição deste trabalho parte da ideia de que, em diferentes e pequenos (mas nem por isso inferiores ou menos importantes) lugares na Paraíba, ocorreram atuações e mobilizações que contribuíram na reorganização social, política, econômica e cultural, e que, na grande maioria dos casos, foram as mulheres as pioneiras desse processo. Por isso, a necessidade de estudos como este, para ampliar nossa compreensão, não só sobre o papel das mulheres em sociedade, mas também sobre como a dinâmica política é variante e preenchida por outras narrativas e personagens.

Referências

AFONSO, Frei [Carta] 21 jul. 1979, São Paulo [para] LOURDES, Nega, Nova Palmeira. 3f. Pedido de informações sobre as organizações de mulheres na região. (Acervo Particular de Nega Lourdes).

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 29-46.

CATÃO, Francisco A.C. *O que é teologia da libertação*. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1986.

CRUZ, Maria Isabel da. *A mulher na igreja e na política*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

DANTAS, Priscila Mayara Santos. *Mulheres em movimento: experiências e organizações de mulheres no Seridó e Curimataú paraibanos (1990-1999)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPB, João Pessoa, PB, 2017.

GHANEM, Elie. As ONGs e a responsabilidade governamental com a escola básica do Brasil. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 51-65, maio/ago. 2012.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 7. ed. São Paulo ; Edição Loyola, 2012.

_____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.

HADDAD, Sérgio et al. *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong; Petrópolis, 2002.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, Sérgio et al. *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong; Petrópolis, 2002. p. 16-50.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Cultura política na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 13-37.

ORSO, Paulinho José et al. *Educação e luta de classe*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17, p. 7-14, out.1991.

Fontes orais

LIMA, Maria de Lourdes Gomes de [65 anos]. [maio 2014]. Entrevistadora: Priscila Dantas. Nova Pameira, PB, 20 maio 2014.

MEDEIROS, Terezinha de Jesus [67 anos]. [mar. 2014]. Entrevistadora: Priscila Dantas. Nova Pameira, PB, 16 mar. 2014.

SANTOS, LuisaMarques dos [78 anos]. [dez. 2013]. Entrevistadora: Priscila Dantas. Nova Pameira, PB, 20 dez. 2013.

SILVA, Francisca Aparecida Firmino da [50 anos]. [mar. 2016]. Entrevistadora: Priscila Dantas. Picuí, PB, 24 mar. 2016.

Resumo: Este trabalho analisa as experiências e lutas sociopolíticas de mulheres na Paraíba que resultaram, durante a década de 1990, na formação de duas ONGs, o Centro de Educação Popular (CENEP) e o Centro de Educação e Organização Popular (CEOP). Trata também da relação entre a atuação dessas entidades e as reflexões desenvolvidas pela teologia da libertação. A pesquisa teve como cerne documentos escritos e entrevistas, e valeu-se da metodologia da história oral, bem como das perspectivas da nova história política para o entendimento da mudança dos costumes, tradições, rituais, desejos e experiências ao longo do tempo.

Palavras-chave: Mulheres. Movimentos sociais. ONGs. Sindicatos.

**Citizenship in movement: female social action at NGOs
CENEP and CEOP in Paraíba (1990-1999)**

Abstract: This paper analyzes how women's socio-political experiences and struggles in the Brazilian state of Paraíba during the 1990s resulted in the foundation of two NGOs: the Center for Popular Education (CENEP) and the Center for Education and Popular Organization (CEOP). It also analyzes the relationship of these organizations with Liberation Theology debates. The study focused on written documents and interviews under the Oral History methodology, as well as New Political History perspectives, to understand changes in customs, traditions, rituals, desires and experiences over time.

Keywords: Women. Social movements. NGOs. Labor Unions.

Recebido em 12/09/2017

Aprovado em 09/12/2017